

GÊNERO E PSICANÁLISE: ALÉM DA DUALIDADE “MULHER” X “HOMEM”

Ligia Maria Durski¹

Resumo: A dificuldade em abordar a complexidade da sexualidade humana permite construções culturais que tendem a violar e/ou não contemplar tal complexidade, resultando em relações sociais injustas e pautadas em preconceitos e desinformação. Este artigo realiza um exercício de exposição didática acerca de tal tema - enviesado por uma perspectiva psicanalítica e tendo Freud como autor de base. Para tal, partimos das seguintes perguntas norteadoras: nosso sexo anatômico define de fato quem somos e/ou quem nos tornaremos? Os seres humanos dividem-se exclusiva e hegemonicamente nesses grandes grupos nomeados “masculino” e “feminino”? A nossa sociedade contempla de forma justa a complexidade da sexualidade humana?

Palavras-chave: gênero; psicanálise; política.

Abstract: The difficulty of approaching the complexity of human sexuality allows cultural constructions that are likely to violate and/or not contemplate such complexity, resulting this in unjust social relations, prejudices and misinformation. This paper performs a didactic exhibition of such subject - skewed by a psychoanalytic perspective and having Freud as base author. For that, we were guided by the follow questions: our anatomical sex actually defines who we are and/or who we will become? Human beings are divided exclusively and hegemonically in these big named groups "male" and "female"? Our society includes fairly the complexity of human sexuality?

Keywords: gender; psychoanalysis; policy.

*“Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é
ainda vai nos levar além.”
Paulo Leminski*

Introdução

Este artigo pretende apresentar uma reflexão sobre a complexidade da sexualidade humana e sobre o quanto estamos distantes de respeitar um fato básico: a interpretação binária dos corpos desconsidera a forma singular e não necessariamente fixa como cada indivíduo consegue organizar sua identidade em

1

Doutora em Psicologia Clínica/Psicanálise pela Universidade de São Paulo. E-mail: ligiadurski@hotmail.com.

termos de gênero e dos objetos de amor por ele/a elegidos/as e elegíveis.

Para uma apresentação introdutória e didática desta problemática, este trabalho foi organizado a partir de quatro eixos norteadores: 1º. A distância entre formulações biológicas de definição do sexo anatômico humano e a construção psíquica em termos de identidade de gênero; 2º. A correlação comumente difundida entre identidade de gênero e escolha objetal; 3º. A conseqüente relatividade na definição dos grandes grupos nomeados “masculino” e “feminino”, e; 4º. Alguns ditames civilizatórios e a possibilidade de revisá-los na busca de relações mais justas entre os seres humanos.

Também, como conclusão, realizou-se um exercício de previsão e suposição dedutiva sobre efeitos prováveis na “moral sexual” civilizada, efeitos decorrentes da busca pela igualdade de direitos e luta contra misoginia.

O intuito foi esclarecer ao/à leitor/a que a concepção biológica de diferenciação anatômica no que tange aos ditos “caracteres sexuais” não justifica o que é culturalmente definido sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Nossos horizontes são passíveis de ampliação e podemos compreender e rever o modo pelo qual, habitualmente, um único tipo de comportamento sexual e de relação de gênero é considerado como o justo e válido para todos – o heterossexual, monogâmico e com fins reprodutivos.

Objetivos

Nosso objetivo geral com este trabalho é fomentar a discussão sobre como as muitas construções pautadas na ideia de diferenciação “mulher X homem” estimulam sofrimentos que, além de arbitrários, não consideram a complexidade da sexualidade humana. Discutir tal tema auxilia a possibilitar a ampliação de perspectivas que evitem injustiças. Assim, a partir dos seguintes objetivos específicos, pretendemos nos aproximar deste objetivo geral:

- Realizar um breve resgate sobre o fato de não nascermos com as concepções sobre quem somos e sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Justificaremos, assim, que tais concepções são criações e plenamente passíveis de reconsiderações;
- Explicar que não existe necessariamente uma determinação direta entre nossa anatomia e nossa construção subjetiva acerca de uma identidade de gênero;
- Explicar que, também, não existe necessariamente uma correlação direta entre nossa identidade de gênero e nossa escolha objetal. Que esta última não está, pois, necessariamente pautada numa lógica heteronormativa, monogâmica e/ou de finalidade reprodutiva;
- Asseverar que as construções que delimitam o que é ser mulher e o que é ser homem, num sentido subjetivo, necessariamente estarão equivocadas em

maior ou menor grau e que, com isso, graves injustiças podem ser cometidas ao criarmos concepções estanques sobre as ideias de “feminino” e “masculino” e sobre um modelo único de manifestação da sexualidade, e;

- Questionar se é possível ou não a ampliação e efetivação de movimentos sociais, políticos e culturais que respeitem e protejam a complexidade e multiplicidade da sexualidade humana.

Discussão

Para iniciarmos esta discussão, advertimos o/a leitor/a que a base de nosso posicionamento condiz com a perspectiva psicanalítica acerca da sexualidade e se confirma a partir da experiência clínica e acadêmica na área.

Pois bem, dois pontos basais acerca do funcionamento psíquico humano devem ser considerados antes de abordar mais detidamente o tema da dualidade mulher/homem, são eles: a) o fato de partirmos de um estado psíquico de indiferenciação, por assim dizer e, b) o fato de não nascermos com um Eu previamente formado².

a) Partimos de um estado de indiferenciação:

Quando nascemos, já nascemos sabendo o que é *claro e escuro*? Ou o que é *noite e dia*? Já nascemos falando, sabendo nosso nome, diferenciando o que é *quente* daquilo que é *frio*? Já nascemos sabendo o que é ser homem e o que é ser mulher? Claro que não. Essas diferentes concepções são fruto de construções interpretativas acerca daquilo que capturamos pela via perceptiva e, como tal, podem ser revistas e/ou reformuladas, abrindo espaço para diferentes modos de subjetivação.

A lógica dualista, de diferenciações entre supostos opostos, nos serve para nos organizarmos no mundo, para saber quando é noite e quando é dia, se está quente ou se está frio, se algo está molhado ou seco, etc. São formalizações que nos auxiliam a viver no mundo. Essa diferenciação de opostos é uma lógica adquirida

2 Ao/à leitor/a que desejar maior aprofundamento sobre estes pontos basais, sugerimos a seguinte lista de leitura. Freud, S. (1903) **Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Especial. Editora: Imago, São Paulo, 1997.

_____ (1911) **Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.I, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2004.

_____ (1914) **À Guisa de Introdução ao Narcisismo**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.I, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2004.

_____ (1915) **Pulsão e os Destinos da Pulsão**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.I, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2004.

_____ (1920) **Além do Princípio de Prazer**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.II, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2006.

_____ (1923) **O Eu e o Id**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.III, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2006.

_____ (1924) **O Problema Econômico do Masoquismo**. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.III, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2006.

_____ (1926) **Inibição, Sintomas e Angústia**. In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Editora: Standard, São Paulo, 1969.

por meio do crescimento, pela inserção na cultura e pela matriz de pensamento a qual dado sujeito se localiza no espaço-tempo. No entanto, nascemos em meio à experiência de indiferenciação. É somente aos poucos que o humano estabelece âncoras de diferenciação que o auxilia a julgar a realidade.

Neste estado de indiferenciação, assimilamos o que nos dizem sobre quem somos e sobre o que sentimos. Essas falas tendem a ser, facilmente, incorporadas e são aparentemente inquestionáveis. Por mais paradoxal que possa ser, em última instância, nem mesmo o nosso nome nos pertence, já que ele nos foi dado por um outro.

Por essa razão, nem sempre é possível considerar autêntico aquilo que nos disseram sobre quem somos ou sobre o que sentimos. Se de fato o humano inicia sua jornada na vida a partir de um estado de indiferenciação, isso determina que nenhuma fala ou representação será efetiva – há um hiato no sentimento de ser e na constituição da identidade. É como se este estado psíquico inicial de indiferenciação operasse, em maior ou menor grau, uma torção no sentimento de “ser quem se é”, pois inevitavelmente, também em maior ou menor grau, a construção identitária, por se tratar de uma construção, é passível de modificações.

b) Não há um Eu a priori:

Não discutiremos aqui os pormenores da formação do Eu³, apenas indicaremos algumas consequências do fato de o Eu não ser uma “entidade” que nasce conosco, algo inato. Nosso Eu é uma construção e depende de forças constitucionais, relacionais e culturais para ser formado. Sua formação não é uma garantia e sua desconstrução e reconstrução é uma possibilidade, que dependerá também de diversos fatores.

Carregamos no Eu toda a coleção de memórias e traços que utilizamos para definir aquilo que acreditamos que somos e que foi assimilado sobre o que nos disseram que seríamos. Na constituição e formação do Eu comparece nossa definição de gênero e as diretrizes de nossas escolhas de objeto sexual. No entanto, nem sempre as determinações socioculturais condizem com nossos afetos, sentimentos e modos de subjetivação. Nem sempre aquilo que sentimos como fazendo parte de nosso ser está em sintonia com o que nossa família, escola, referenciais midiáticos e a sociedade em geral esperam e demandam de nós. Estabelecem-se, assim, facilmente, intensos conflitos internos e externos que despontam angústias de não-pertencimento, inexistência e indignidade da vida.

3 Sobre este tema, o/a leitor/a poderá obter maiores esclarecimentos especialmente em: FREUD, S. (2004) *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*. In:..... Rio de Janeiro: IMAGO Editora. (Original publicado em 1914)

..... (1915) *Pulsões e Destinos das Pulsões*. In:..... Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 2004

.....(1920) *Além do Princípio de Prazer*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.II, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2006.

..... (1923) *O Eu e o Id*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.III, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 2006.

Nessa perspectiva, a definição de gênero que será constituída e que fará parte da formação de nosso Eu não estará garantida, pois pode, até mesmo, não vir a ser estabelecida e, se construída, poderá vir a ser alterada ou perdida.

É preciso, neste sentido, que constantemente nos perguntemos se o que está estipulado como padrão de conduta e de relação entre humanos condiz e respeita, de fato, a diversidade humana e essa abertura ao devir.

Sequencialmente, serão enfocados alguns eixos norteadores para aprofundar a argumentação:

1º. Eixo: sexo biológico e definição de gênero

Há muito se sabe que um bebê humano identificado como portador do sexo biológico dito masculino não necessariamente se identificará e se sentirá como pertencente a tal gênero. Há inúmeras pessoas cujas vidas são assoladas pelo fato de não sentirem que o sexo biológico que lhes foi designado no nascimento lhes pertence e que afirmam que este não condiz com quem elas sentem que são. Sabemos, além disso, por exemplo, que um indivíduo do sexo biológico dito feminino, que construiu uma identidade de gênero condizente à sua anatomia, pode vir a exercer papéis supostamente masculinos.

Ou seja, não é possível esperar que uma pessoa de determinado sexo biológico comporte-se como acreditamos que deva ser o comportamento esperado de tal sexo. Torna-se excessiva e patologicamente arbitrária e impositiva uma sociedade que estabelece e cobra padrões rígidos de conduta baseados em sexo biológico, pois desconsidera a complexidade da constituição da sexualidade humana.

2º. Eixo: definição de gênero e escolha objetal

Antes de discorrermos sobre este eixo, façamos algumas ressalvas sobre a palavra ‘escolha’. Embora tal palavra possa induzir a erros interpretativos, a utilizaremos indicando ao/à leitor/a de que tal ‘escolha’ não necessariamente é determinada conscientemente. A força dos determinantes inconscientes é pungente na definição dos objetos sexuais de dado indivíduo. Ou seja, trata-se de uma escolha que também, dependendo do caso, pode significar uma falta de escolha, uma impossibilidade de escolha, a única escolha possível, uma escolha paliativa, uma escolha temporária, etc. Aqui, vale trazeremos a seguinte citação de McDougall (1997, p. 193):

(...) pouca gente tem a impressão de “escolher” ser homossexual numa sociedade predominantemente heterossexual ou, por esta razão, de “escolher” a heterossexualidade a fim de adaptar-se à maioria social. No que se refere às

invenções desviantes heterossexuais, homossexuais e auto-eróticas, estas chamadas escolhas representam as melhores soluções possíveis que a criança do passado foi capaz de encontrar diante das comunicações parentais contraditórias a propósito da identidade de gênero, da masculinidade, da feminilidade e do papel sexual. Essas soluções são vivenciadas pela criança ou pelo adolescente como revelações de sua forma de expressão sexual, juntamente com o reconhecimento, às vezes doloroso, de que essa sexualidade é algo diferente dos outros. Certamente ninguém se apercebe de ter escolhido isso.

Feita tal ressalva, podemos considerar que a tendência ocidental moderna foi o estabelecimento de uma concepção heteronormativa com fins reprodutivos das relações amorosas e sexuais entre os seres humanos. Concepção esta que estimula conclusões tais como: todo casal homossexual tem um integrante ativo e um passivo, um integrante que é a mulher e outro que é o homem do casal, ou então algo como: nenhuma mulher masculina consegue casar com um homem, a não ser que este homem seja “afeminado”, etc.

Sobre esta tendência ao estabelecimento de um modelo único de expressão da sexualidade, Costa (1996, p. 75) é contundente:

O sexo da divisão bipolar é simplesmente o que vai justificar e impor diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus. A reinterpretação dos corpos humanos conforme o mito da bi-sexualidade original foi, antes de tudo, uma solução exigida pelos problemas político ideológicos, postos pela revolução burguesa.

A questão que queremos levantar neste eixo é simples: não há conexão direta entre definição de gênero e escolha objetal. Homens, biológica e psiquicamente masculinos, por assim dizer, podem se sentir atraídos por homens biológica e psiquicamente masculinos, por mulheres biológica e psiquicamente femininas, por homens biológica e psiquicamente femininos, etc. Além disso e aqui não entraremos em tal questão, mas vale a lembrança, existem casos nos quais a atração sexual pode se dar não pelo sexo biológico de tal e qual pessoa, mas por uma parte de seu corpo, entre outras modalidades de objeto sexual.

Sendo assim e nos restringindo apenas a pessoas que sentem atração sexual por pessoas, podemos começar a visualizar a abrangência combinatória que a sexualidade humana nos oferece se nos referirmos exclusivamente às questões de gênero e de escolha objetal. É, contudo, importante lembrar o/a leitor/a de que: 1) a própria definição de gênero pode seguir uma tendência geral, mas variar de acordo com as circunstâncias, momentos e experiências de vida de

dada pessoa; 2) não existe uma garantia de exclusividade de objeto sexual - um indivíduo pode sentir-se atraído por diferentes pessoas de diferentes formações anatômicas e diferentes identidades de gênero; 3) até mesmo a monogamia é discutível, pois sabemos que existem grupos de mais de dois indivíduos que se relacionam amorosa e sexualmente entre si e que conseguiram harmonizar os desafios de tal constituição.

3º. Eixo: diretrizes de delimitação de ‘masculino’ e ‘feminino’

Justamente, por não nascermos com uma concepção à priori sobre quem somos, ao definirmos critérios sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, estamos entrando no campo das conjecturas. Deste modo, inevitavelmente, estamos realizando uma construção e, como tal, passível de revisão. Em outras palavras, uma tentativa de delimitarmos aqui as características dos grupos ‘masculino’ e ‘feminino’, em termos psíquicos, implicaria um problema insolúvel.

Nossa sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista, ao tender para a criação de dualidades normativas e, em sua maioria, opositivas, acerca do que é ser homem e o que é ser mulher, tais como: azul é para homem, rosa é para mulher; mulher brinca com boneca, homem com carrinho, homens são fortes e mulheres são frágeis, homens são racionais e mulheres sentimentais, etc. obteve como resultado a tendência ao desencadeamento de sofrimentos advindos de discriminação e de desigualdades de direitos.

Contudo, devemos nos perguntar: precisamos mesmo, como sociedade, definir uma marcação que diferencia homens e mulheres a partir de dualidades opositivas que levam facilmente ao estabelecimento de juízos de valor? Não estamos assim estimulando sofrimentos evitáveis? A quais poderes e discursos esta dualidade serve? Quais poderes e discursos essa dualidade arbitrária sustenta?

Ao que nos parece, a influência da moral sexual existente na sociedade, que tem por base pressupostos heteronormativos, monogâmicos e de finalidade reprodutiva, dificulta a construção de uma concepção mais realista sobre a sexualidade (ou sexualidades) humana. Neste sentido, Freud nos faz uma ressalva acerca da questão da bissexualidade, para além de nossa tendência a uma visão de que necessariamente o sexo biológico de um indivíduo definiria uma masculinidade ou feminilidade “pura”.

[Nota de rodapé acrescentada em 1915] É indispensável deixar claro que conceitos de “masculino” e “feminino”, cujo conteúdo parece tão inambíguo à opinião corriqueira, figuram entre os mais confusos da ciência e se decompõe em pelo menos três sentidos. Ora se empregam “masculino” e “feminino” no sentido de atividade e passividade, ora no sentido biológico, ora ainda no sentido sociológico.

O primeiro desses três sentidos é o essencial, assim como o mais utilizável para a psicanálise. (...) O segundo sentido de “masculino” e “feminino”, o biológico, é o que admite a definição mais clara. Aqui, masculino e feminino caracterizam-se pela presença de espermatozoides ou óvulos, respectivamente, e pelas funções decorrentes deles.(...) O terceiro sentido, o sociológico, extrai seu conteúdo da observação dos indivíduos masculinos e femininos existentes na realidade. Essa observação mostra que, no que concerne ao ser humano, a masculinidade ou a feminilidade puras não são encontradas nem no sentido psicológico nem no biológico. Cada pessoa exhibe, ao contrário, uma mescla de seus caracteres biológicos com os traços biológicos do sexo oposto (...). (FREUD, 1905, p.97).

E, ainda neste mesmo sentido, temos a seguinte afirmação freudiana:

O homem é um organismo animal com (como outros) uma disposição bissexual inequívoca. (...) O sexo constitui um fator biológico que, embora de extraordinária importância na vida mental, é difícil de apreender psicologicamente. (...) Seja como for, se considerarmos verdadeiro o fato de que todo indivíduo busca satisfazer tanto desejos masculinos quanto femininos em sua vida sexual, ficamos preparados para a possibilidade de que essas [dois conjuntos de] exigências não sejam satisfeitos pelo mesmo objeto e que interfiram um com o outro. (FREUD, 1930, p.127).

A imposição da heterossexualidade como lei de “normalidade” é diretamente confrontada ao acompanharmos as questões que estas duas últimas citações expõem. Resta questionar: é ou não possível que essa “lei da heterossexualidade”, essa “lei da monogamia” e essa “lei da reprodução” se desvinculem das relações humanas?

4º. Eixo: a complexidade da sexualidade humana e os determinantes civilizatórios

Diante da reflexão sobre os três eixos anteriores, uma pergunta pode ser feita: não considerar a multiplicidade de possibilidades de desfecho humano acerca dos determinantes de sua definição de gênero e escolha objetal não impossibilitaria ao ser humano o seu direito à busca por uma vida digna e criativamente vivida?

No texto “O Mal-Estar na Civilização” (1930), Freud circunscreve três fontes fundamentais do sofrimento humano: o nosso próprio corpo, que envelhecerá e adoecerá; o mundo externo, que pode voltar-se contra nós e; os nossos relacionamentos interpessoais. A terceira fonte merece aqui uma atenção especial, pois, ‘o sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro’, visto que esta é uma fonte de sofrimento dada pela ‘inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos

dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade'. (FREUD, 1930, p.95-105). Mas como podem os regulamentos estabelecidos por nós mesmos ser fonte de sofrimento? E por que criamos então estes regulamentos?

Para Freud, a civilização foi, por nós, criada com o objetivo especial de alcançarmos uma maior proteção contra as forças natureza, para não ficamos sujeitos à vontade arbitrária dos indivíduos e para regular as relações entre os homens. A continuidade da civilização impõe então leis e, assim:

A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. (...) O resultado final seria um estatuto legal para o qual todos – exceto os incapazes de ingressar numa comunidade – contribuiriam com um sacrifício de seus instintos, e que não deixa ninguém – novamente com a mesma exceção – à mercê da força bruta. (FREUD, 1930, p.116).

Em resumo, segundo esta perspectiva de Freud, podemos asseverar que a civilização estipula leis reguladoras, procurando ter como critério ideal para tais a justiça e os direitos iguais entre os humanos, protegendo-os da força bruta. Mas a busca por relações mais justas e a restrição aos instintos de forma alguma se mostra um empreendimento fácil de realizar-se e, muito menos, é fácil encontrarmos a “justa medida” entre nossas exigências instintuais, a possibilidade de manifestação de nossa singularidade e as leis civilizatórias.

Diante do exposto, na especificidade deste trabalho, é de grande interesse discutir os fatores que levaram nossa civilização a estipular um único modelo de relação sexual, o heteronormativo monogâmico com fins reprodutivos. Sobre isso:

Quanto ao indivíduo sexualmente maduro, a escolha de um objeto restringe-se ao sexo oposto, estando as satisfações extragenitais, em sua maioria, proibidas como perversões. A exigência, demonstrada nessas proibições, de que haja um tipo único de vida sexual para todos, não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em um bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte grave de injustiça. O resultado de tais medidas restritivas poderia ser que, nas pessoas normais – que não se acham impedidas por sua constituição –, a totalidade dos seus interesses sexuais fluísse, sem perdas, para os canais que são deixados abertos. No entanto, o próprio amor genital heterossexual, que permaneceu isento de proscrição, é restringido por outras limitações, apresentadas sob a forma da insistência na legitimidade e na monogamia. A civilização atual deixa claro que só permite relacionamentos sexuais na base de um vínculo único e indissolúvel entre um só homem e uma só mulher, e que não é de seu agrado a sexualidade como fonte de prazer por si própria, só

se achando preparada para tolerá-la porque, até o presente, para ela não existe substituto como meio de propagação da raça humana. (FREUD, 1930, p.125).

Ora, torna-se mais claro um hiato entre os ditames civilizatórios acerca das manifestações sexuais ditas normais e a complexidade da constituição sexual humana. Mas, afinal, não é a justiça um dos critérios imprescindíveis da civilização? Neste sentido, se ‘grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais’. (FREUD, 1930, p.116), é preciso que consideremos a possibilidade de mudança de certas leis civilizatórias e ditames normativos que podem ser fonte de sofrimentos desnecessários. A citação abaixo reafirma a possibilidade de tal iniciativa:

O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado; contudo, não devemos – na verdade, não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra. (...) A felicidade no reduzido sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema da economia da libido do indivíduo. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo. Todos os tipos de diferentes fatores operarão a fim de dirigir sua escolha. É uma questão de quanta satisfação real ele pode esperar obter do mundo externo, de até onde é levado para tornar-se independente dele, e, finalmente, de quanta força sente à sua disposição para alterar o mundo, a fim de adaptá-lo a seus desejos. (FREUD, 1930, p.103).

Aqui, exatamente no sentido de alterar o mundo externo, fomentar a discussão sobre a sexualidade humana implica a ampliação de um espaço de debate que vise ganhos civilizatórios, tais como, a luta contra o preconceito e a misoginia, a valorização da mulher, a reformulação de modelos estancos de família, entre outros. Tal medida fortalece, enfim, a busca de relações mais justas entre os seres humanos e que contemplem de maneira mais abrangente a multiplicidade humana.

Conclusões

Retomemos, pois, as principais perguntas aqui expostas: *aquilo que é descrito como nosso sexo anatômico define de fato quem somos e/ou quem nos tornaremos? Os seres humanos dividem-se exclusiva e hegemonicamente nesses grandes grupos nomeados “masculino” e “feminino”? A nossa sociedade contempla de forma justa a complexidade da sexualidade humana?*

A partir da discussão realizada, é possível considerar que não temos garantias irrevogáveis quanto ao fato de que nascer com dada constituição anatômica significa sentir-se e/ou tornar-se de determinado “sexo”. Também, os fatores que organizam nossa identidade de gênero dependem extensivamente das construções psíquicas que conseguimos realizar em meio às pessoas, relações, convergências e divergências, circunstâncias e desfechos que vivenciamos em nossas vidas e, de modo especial, em nossa infância.

Além disso, ao longo da vida de um mesmo indivíduo, em termos subjetivos, a própria divisão identitária ‘feminino’ e ‘masculino’ é cambiável. Em maior ou menor grau nos encontramos, momento a momento de nossas vidas, exercendo comportamentos referentes a um ou a outro campo. Podemos até traçar uma linha geral de posição subjetiva de uma pessoa para caracterizá-la como pertencente ao grupo nomeado ‘masculino’ ou ao grupo nomeado ‘feminino’, contudo, o estabelecimento de um padrão e modelo estanques neste contexto implica inevitavelmente numa norma moral promotora de sofrimento, uma vez que desconsidera que o campo da definição de gênero é potencialmente flutuante.

Desta forma, se ponderarmos que ainda hoje estabelecemos um único modelo desejável de expressão da sexualidade - o modelo heteronormativo monogâmico com fins reprodutivos - então, certamente, temos ainda um longo caminho a percorrer no sentido de uma organização mais justa que contemple e respeite a diversidade humana.

Muito já foi questionado sobre esse modelo iníquo, importantes passos foram dados com a liberação do uso de anticoncepcionais, com a ampliação de nossa possibilidade de acesso à informação, com o aumento (relativo e notavelmente frágil) de propostas e programas político-sociais de combate à misoginia, homofobia e transfobia, com a criação e revisão de leis que garantam maior dignidade e igualdade de direitos, etc. Contudo, infelizmente, o número de crimes resultantes de homofobia, transfobia, racismo, misoginia, etc. continua alarmante.

Crimes de ódio, preconceito, bullying, sofrimento, intolerância, desrespeito, leis desiguais, etc. são apenas algumas consequências da ignorância e intolerância quanto à(s) diferença(s) e à multiplicidade humana. Se, por um lado, podemos ser pessimistas pelo fato de o caminho para avançarmos nesse tema ser longo, uma vez que incide no cerne de questões ainda polêmicas. Por outro lado, podemos ser otimistas, pois, embora árduo, esse caminho é “trilhável” e nossas ações presentes podem (e devem) incluir a defesa da diferença e o respeito, tolerância e convívio pacífico na multiplicidade.

Neste sentido, é no âmbito das políticas públicas que programas e movimentos de quebra de preconceitos e ampliação de horizontes podem se concretizar, de forma a abranger fatias significativas da população. É premente o estabelecimento de ações que visem promover informação e conhecimento às famílias, crianças,

idosos, adultos e adolescentes sobre a complexidade de sua própria sexualidade.

É preciso repetir: diante das diferentes formas de vivenciarmos nossa sexualidade, muitos grupos sociais, partidos políticos, discursos religiosos, teorias pedagógicas, psicológicas e filosóficas, podem ainda tender a defender e almejar manter e/ou impor um único modelo sexual para todos. Contudo, o fato é que nossa multiplicidade é algo inequívoco. Não podemos mais fechar os olhos para tamanha obviedade e devemos nos perguntar agora como conquistar o convívio respeitoso entre as diferenças, invés de buscarmos um funcionamento moral, político e legislativo tirânico que não nos garanta igualdade de direitos e que não respeite nossa complexidade.

Leis, padrões de conduta, visões de mundo e ditames morais que subtendam estigmas devem ser revistos, pois, ao que tudo indica, é justamente a tendência ao estabelecimento de estigmas que estimula ações intrinsecamente preconceituosas, quer seja no campo da política, ciência, religião ou sociedade⁴.

Se, infelizmente, o tema da sexualidade ainda é tabu atualmente e se está claro que essa luta por uma humanidade mais consciente e tolerante não será ausente de tensões, também, apesar disso, já podemos observar efeitos da ampliação do acesso à informação⁵ - a maior reivindicação a formas de vida mais autênticas e condizentes com o que sentimos é um deles.

A experiência da clínica psicológica, inclusive, revela exatamente o que as palavras de McDougall (1997) resumem:

Qualquer que seja a modalidade sexual, os próprios analisandos raramente desejam perder estas soluções eróticas. Uma certa quantidade de pacientes, sob impacto da aventura analítica, desenvolvem relacionamentos eróticos e íntimos mais ricos. Entretanto, se esse feliz resultado não ocorrer, perder o único sistema de sobrevivência sexual de que dispõe seria o equivalente da castração [real]. E, mais do que isso, em muitos casos, esses roteiros eróticos intrincados e inelutáveis servem não apenas para salvaguardar o sentimento de identidade sexual que acompanha o prazer sexual, porém frequentemente revelam-se como técnicas de sobrevivência psíquica que são exigidas também para preservar o sentimento de identidade subjetiva. (MCDUGALL, 1997, p.188, o grifo é nosso).

Ou seja, dignidade, educação e acesso à informação são, portanto, algumas das chaves que podem nos aproximar de um mundo mais justo e digno.

Também, como reflexão pertencente à conclusão deste artigo, é possível prever implicações e impactos hipotéticos para o futuro das relações entre

4 Sobre a questão do estigma, ler mais em: GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

5 Especialmente a partir da popularização do acesso à internet.

humanos se a complexidade aqui apontada galgar maior consideração e respeito em nossas relações e legislação.

Se seguirmos o fluxo crescente de uma maior garantia de igualdade de direitos, revisão de estigmas e ampliação de nosso conhecimento sobre a complexidade de nossa sexualidade, podemos supor revoluções nos mais diversos campos e, em especial, no que se refere à modelos de relação sexual e amorosa, e modelos de família.

Com relação aos modelos de relação sexual e amorosa, é plausível supor um importante tópico de discussão previsto para o futuro especialmente acerca da monogamia. Ao que tudo indica e de acordo com a capacidade civilizatória de considerar a multiplicidade sexual humana, a lei da monogamia, que rege fundamentalmente nossas relações amorosas e sexuais, possivelmente passará por questionamentos. Serão, talvez, os “contratos subjetivos” estabelecidos entre cada par ou grupo amoroso sobre os limites e as possibilidades de tal relação que regerão os novos modelos de relação e não mais um único padrão externamente desejável.

Além disso, com a efetiva ruptura do modelo de sexualidade heteronormativo observada global e hegemonicamente, já são inúmeros os países que aderiram ao reconhecimento social e legal da união entre pessoas do mesmo sexo, fato que reafirma tal ruptura. Tudo isso leva a crer que a busca humana por mais respeito, dignidade e convivência pacífica somente se intensificará, embora, infelizmente, ainda muito sofrimento seja motivado por intolerância e ódio a diferentes padrões de conduta e de relacionamento sexual e amoroso.

Consequentemente, os modelos de família também tendem a apresentar mudanças. A diferença que se prevê é que a amplitude será ainda maior do que o fato da sociedade “admitir” e garantir os direitos civis a famílias homossexuais, famílias de pais separados, famílias adotivas, etc. A sociedade será possivelmente convocada, também, a “admitir” um universo ainda mais amplo de possibilidades de união sexual e afetiva, incluindo-se aí, especialmente, famílias não monogâmicas.

Num futuro, talvez remoto, dada a atual conjuntura política - tendo em vista a crescente força do fundamentalismo religioso, do conservadorismo e do fascismo, em especial nas áreas da política e da educação -, vislumbra-se um viver humano no qual as bases que regulam as relações possam se aproximar mais de um ideal de respeito mútuo, igualdade de direitos e maior e melhor contemplação de nossa complexidade e multiplicidade. Que a onda conservadora que assola o Brasil, especialmente pós-2016, não atrase ainda mais o processo de emancipação e libertação dos grilhões subjetivos, morais, políticos e legislativos que nos impedem o devir e a defesa da diferença.

Referências

COSTA, J. F. **Sexualidades Brasileiras: O Referente da Identidade Homossexual**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FREUD, S. (1905) **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1997.

_____. (1930) **O Mal-Estar na Civilização** In:_____. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1997.

MCDUGALL, J. **As Múltiplas Faces de Eros: Uma exploração psicanalítica da sexualidade humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Recebido em março de 2017

Aprovado em outubro de 2018